



ACÓRDÃO Nº1769/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11558/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Silves
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Julimar Neves Grana (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5909/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Silves. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Silves, sob a responsabilidade do **Sr. Julimar Neves Grana, exercício 2018**, conforme ditame do art. 1º, II, a) e IX c/c art. 22, III, b), todos da Lei nº 2423/1996-Lei Orgânica do TCE/AM, por descumprimento ao art. 29-A, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, isto é, desrespeito ao limite máximo de 70% (setenta por cento) da receita com gasto de pessoal; bem como no tocante às restrições não sanadas referentes à Notificação nº 03/2019-DICAMI/CI (fls. 190/195):

Restrição nº 01 a) ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público (Portal da Transparência desatualizado), em consulta realizada em 02/04/19, das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto às receitas, despesas, processos licitatórios e Relatórios de Gestão Fiscal, afronta ao art. 8º, caput, § 2º e § 3º, I da Lei n.º 12.527/2011 c/c o art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000.

Restrição nº 02 firmou Ausência do Serviço de Informação ao cidadão com instalações físicas de atendimento a interessados.

Restrição nº 03 Ausência de Procuradoria Jurídica com rol de Procuradores e a natureza do vínculo laboral.



ACÓRDÃO Nº1769/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Restrição nº 04 Justificar a ausência de estrutura, para o funcionamento do Controle Interno, posto que, no exercício de 2018, existia somente a Controladora, senhora Elaine Mousse, nomeada através da Portaria nº 09/2018 de 01/03/2018.

Restrição nº 05 Ausência de controle do patrimônio, a fim de identificar o objeto, número de tombamento, setor onde se encontra o material/bem, através de Secretaria, Departamento ou servidor responsável pela guarda e administração, como determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64.

Restrição nº 10 aduziu: Situação encontrada: Quando da auditoria “in loco”, nos procedimentos licitatórios de Dispensa e Pregão da Câmara Municipal de Silves, foram constatadas inobservâncias a Lei nº. 8.666/93, especialmente quanto: a) Ausência do processo administrativo de dispensa de licitação, com autuação, protocolização, numeração, projeto básico e planilha orçamentária, assinatura dos expedientes internos e publicação no do município ou outro órgão oficial, referente a DL 01/2018 – gerenciamento de portal eletrônico, hospedagem de domínio e manutenção do portal; b) Ausência do processo administrativo de dispensa de licitação, com autuação, protocolização, numeração, planilha com cotação de preços, assinatura dos expedientes internos e publicação no DO do município ou outro órgão oficial, referente a DL 003/2018 – processamento da folha de pagamento, FGTS, GFIP/SEFIP, RAIS e DIRF (cláusulas quarta, quinta); b.1 – Discrepância entre o valor mensal da proposta, o global e o prazo apresentada pela empresa vencedora ALR LAURIA – ME (R\$665,00) e o valor constante do despacho de homologação (artigo 2º - R\$664,58 x 12=R\$7.975,00, e artigo 1º - 8 meses) e o efetivamente contratado – R\$7.975,00 (Cláusula Terceira - R\$725,00 x 12 = R\$8.700,00, e Cláusula Quarta – 11 meses). c) Ausência do processo administrativo, com autuação, protocolização, numeração e publicação no do município ou outro órgão oficial, do Quarto Aditivo ao Termo de Contrato 001/2014, referente ao Pregão 01/2014 – contratação de empresa de contabilidade; d) Ausência do ato de designação da comissão de licitação e fiscal de contrato para os processos de DL. e) Ausência de pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação – DL e Aditivos.

- 10.2. Aplicar Multa** ao Sr. Julimar Neves Grana no valor de **R\$ 14.654,39** (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº1769/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; devido ao desrespeito ao limite máximo de 70% (setenta por cento) da receita da câmara para pessoal, na lição do art. 29-A, da CRFB/88; bem como no tocante às restrições não sanadas referentes à Notificação nº 03/2019-DICAMI/CI (fls. 190/195):

Restrição nº 01 a) ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público (Portal da Transparência desatualizado), em consulta realizada em 02/04/19, das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto às receitas, despesas, processos licitatórios e Relatórios de Gestão Fiscal, afronta ao art. 8º, caput, § 2º e § 3º, I da Lei n.º 12.527/2011 c/c o art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000.

Restrição nº 02 firmou Ausência do Serviço de Informação ao cidadão com instalações físicas de atendimento a interessados.

Restrição nº 03 Ausência de Procuradoria Jurídica com rol de Procuradores e a natureza do vínculo laboral.

Restrição nº 04 Justificar a ausência de estrutura, para o funcionamento do Controle Interno, posto que, no exercício de 2018, existia somente a Controladora, senhora Elaine Mousse, nomeada através da Portaria nº 09/2018 de 01/03/2018.

Restrição nº 05 Ausência de controle do patrimônio, a fim de identificar o objeto, número de tombamento, setor onde se encontra o material/bem, através de Secretaria, Departamento ou servidor responsável pela guarda e administração, como determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64.

Restrição nº 10 aduziu: Situação encontrada: Quando da auditoria "in loco", nos procedimentos licitatórios de Dispensa e Pregão da Câmara Municipal de Silves, foram constatadas inobservâncias a Lei nº. 8.666/93, especialmente quanto: a) Ausência do processo administrativo de dispensa de licitação, com autuação, protocolização, numeração, projeto básico e planilha orçamentária, assinatura dos expedientes internos e publicação no do município ou outro órgão oficial, referente a DL 01/2018 – gerenciamento de portal eletrônico, hospedagem de domínio e manutenção do portal; b) Ausência do processo administrativo de dispensa de licitação, com autuação, protocolização, numeração, planilha com cotação de preços, assinatura dos expedientes internos e publicação



ACÓRDÃO Nº1769/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

do município ou outro órgão oficial, referente a DL 003/2018 – processamento da folha de pagamento, FGTS, GFIP/SEFIP, RAIS e DIRF (cláusulas quarta, quinta); b.1 – Discrepância entre o valor mensal da proposta, o global e o prazo apresentada pela empresa vencedora ALR LAURIA – ME (R\$665,00) e o valor constante do despacho de homologação (artigo 2º - R\$664,58 x 12=R\$7.975,00, e artigo 1º - 8 meses) e o efetivamente contratado – R\$7.975,00 (Cláusula Terceira - R\$725,00 x 12 = R\$8.700,00, e Cláusula Quarta – 11 meses). c) Ausência do processo administrativo, com autuação, protocolização, numeração e publicação no do município ou outro órgão oficial, do Quarto Aditivo ao Termo de Contrato 001/2014, referente ao Pregão 01/2014 – contratação de empresa de contabilidade; d) Ausência do ato de designação da comissão de licitação e fiscal de contrato para os processos de DL. e) Ausência de pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação – DL e Aditivos.

10.3. Determinar à atual Presidente da Câmara Municipal de Silves que: obedeça ao limite de gastos com pessoal, na lição do art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil; alimente constantemente o Portal da Transparência, conforme art. 8º, *caput*, § 2º e § 3º, I da Lei n.º 12.527/2011 c/c o art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000; providencie instalações físicas que contemplem os cidadãos quanto ao requerimento de informações, bem como o controle interno e cumpra os ditames referentes à lei de licitação, seja a Lei nº 8666/1993, seja a Lei nº 14133/2021;

10.4. Dar ciência ao Sr. Julimar Neves Grana, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Outubro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-votou), Júlio Ássis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº1769/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO em 20/10/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 15AAA4C2-CE415223-E5055BC8-D5E5C83E